

A política da psicanálise lacaniana e a política entre psicanalistas no Brasil: implicações na formação*

The politics of Lacanian psychoanalysis and the politics among psychoanalysts in Brazil: implications in training

**Fuad Kyrillos Neto, Rodolfo Rodrigues Machado
e Thales Fonseca**

Universidade Federal de São João del-Rei (Brasil)

Resumo: Nosso trabalho trata de alguns aspectos da institucionalização da psicanálise no Brasil e seus reflexos na formação dos analistas e produção teórica no campo psicanalítico. Abordamos as tensões que se fizeram presentes na chegada do lacanismo no Brasil, com foco no Congresso Psicanalítico da Banana e na Cisão de 1998. A partir da retomada desses eventos, buscamos explorar o modo como certos elementos transferenciais circundam os impasses das organizações de formação, ao mesmo tempo em que solapam sua especificidade política. E que a configuração desses impasses, repetidos ao longo da história e atualizados no presente, produz diversas ressonâncias no atual estado da formação dos analistas e na aplicação teórica que frequentemente se faz da psicanálise. Nossa proposta, nesse sentido, é de que a história da psicanálise também tem algo a dizer aos psicanalistas.

Palavras chave: Formação; história; política; psicanálise; transferência.

Abstract: Our work deals with some aspects of the institutionalization of psychoanalysis in Brazil and its impact on the training of analysts and theoretical production in the psychoanalytic field. We address the tensions that were present with the arrival of Lacanianism in Brazil, focusing on the Psychoanalytic Congress of the Banana and the Split of 1998. From a revisit of these events, we seek to explore how certain transference elements surround the impasses of training organizations, while undermining their political specificity. The configuration of these impasses, repeated throughout history and updated in the present, produces various resonances in the current state of training of analysts and in the theoretical application that is often made of psychoanalysis. Our proposal, in this sense, is that the history of psychoanalysis also has something to say to psychoanalysts.

Keywords: Training; history; politics; psychoanalysis; transference.

* Agradecemos ao professor José Guillermo Milán-Ramos (UDELAR) a leitura atenciosa e as críticas que possibilitaram o aprimoramento do texto.

Introdução

Fragmento 1: aspirante a analista

“[...] Durante um grupo de estudos, a chefe de escola com seu *Seminário 3* amarelado em mãos começa a questionar-se sobre a data do segundo surto do presidente Schreber. Em Freud constava uma, mas Lacan enunciara outra. [...]. Eu que começara a frequentar aquele espaço a pouco tempo fiquei calado, um tanto inquieto, esperando para continuar a leitura. É bem verdade que os outros falavam muito pouco, quando falavam, mas as contribuições que esta psicanalista trazia eram de fato interessantíssimas. [...]. Mas eu não entendia o que aquela tal incompatibilidade de datas colocava em questão. Depois de alguns minutos, algo me passou pela cabeça e resolvi compartilhar, para ver se conseguiríamos prosseguir a leitura:

- Bom Lacan pode ter se enganado com a data né?

Neste momento, todos largam seus livros, deixam o burburinho e olham para mim, enquanto um silêncio ensurdecedor toma conta da sala. Os segundos se passam. Os olhares pouco a pouco saem de mim e se voltam para a tal chefe de escola, que me olhava com um misto de curiosidade e pena. Por fim, ela diz em tom esclarecedor:

- Não. Mas mesmo assim Miller teria esclarecido.” (Ambra, 2015, p. 54).

Fragmento 2: analista que se dedica a formação

“[...] Durante estes 20 anos algo me intrigava bastante: Os alunos do primeiro ano do curso eram muito diferentes dos alunos do quarto ano. Nos alunos do primeiro ano à ingenuidade de muitos se somava o entusiasmo pela aprendizagem, o espírito de grupo, a espontaneidade nas perguntas que revelavam o processo de pensamento e o esforço para compreender os conceitos psicanalíticos. [...] No quarto ano a turma chegava mais séria, dividida em grupos, com disponibilidade menor, pouquíssimas contestações, pouca produtividade, nenhum chopp e uma festa formal no final de ano. [...] Há muito procuro nos alunos do quarto ano a espontaneidade, a alegria no saber, o pensamento produtivo que eu havia visto anos antes.” (Saleme, 2008, pp. 13-14).

Fragmento 3: responsável pela institucionalização do lacanismo no Brasil

“[...] há também o fato de que a notoriedade de seu ensino foi tão grande a partir dos anos sessenta que atingiu um público ao qual não era absolutamente destinado, que ficou fascinado por seus aspectos mais exteriores, sem poder nada constituir da problemática a qual ele se dirigia a cada momento.” (Miller, 1987, p. 6)

Os fragmentos discursivos apresentados, foram publicados em intervalos de tempo distintos e fazem alusão a chegada e institucionalização do lacanismo no Brasil e, conseqüentemente, a transmissão da psicanálise nas instituições formadoras. Tais fragmentos foram enunciados por um jovem psicanalista em formação, por uma docente de um tradicional curso de formação de psicanalistas e pelo genro de Lacan, que participou ativamente da institucionalização do lacanismo no Brasil.

Nosso objetivo é trazer à baila a discussão sobre como os centros de formação brasileiros se organizam com relação à formação do analista, cuja ascensão social aconteceu nas últimas décadas no Brasil.

Para contribuir com a indagação, inicialmente formulada por Lima (2015), nosso manuscrito buscará articular de modo proveitoso psicanálise e política. Talvez seja necessário, antes, dois passos atrás. Em outras palavras, pode ser útil refletirmos sobre as formas como tem se dado a política entre os psicanalistas, e de que modo isso se relaciona com as elaborações sobre o político contidas no interior da teoria psicanalítica.

A escolha da temporalidade destes fragmentos tem como baliza metodológica o que LaCapra (2006) denomina de *história em trânsito*. De acordo com ele, a história se faz em trânsito, mesmo que em certos períodos se possa verificar alguma estabilidade. Este é o sentido da historicidade propriamente dito. Por este ângulo, tanto a historiografia quanto as demais disciplinas que se ocupam da história se encontram em trânsito, porquanto suas definições não são fixas e indiscutíveis.

Urge esclarecer que, para LaCapra (2006), as noções de trânsito e transição não implicam um relativismo em relação aos eventos históricos, tampouco uma teleologia geral da história, e sim a disposição para se repensar objetivos e pressupostos, incluindo o próprio significado de temporalidade como traço estrutural da história. A transição e transformação da compreensão histórica requer o esforço contínuo de pensar aqueles problemas que afetam a nossa própria concepção da relação entre o passado e o presente no que concerne às possibilidades futuras. Assim, a noção de continuação permite a tematização de determinados problemas sob outras perspectivas, ou seja, propicia apreciá-los criticamente.

Os fragmentos, ora apresentados, se constituem também como narrativas da experiência destes sujeitos frente às atividades de formação e institucionalização da psicanálise. Com LaCapra (2006) podemos resgatar o conceito de experiência e associá-lo à história. Isso porque, a seu ver, valorizar a experiência traz consigo a possibilidade de recuperar o que não foi contemplado nas narrativas históricas oficiais, como por exemplo, as vozes dos grupos sociais subordinados e oprimidos que permanecem às margens da história.

Neste ponto, considerando os intervalos de tempo entre os fragmentos, Ginzburg (2021) possibilita o aprimoramento de nossas coordenadas metodológicas ao discutir sobre a perspectiva êmica na pesquisa histórica. Ao discorrer

sobre a clássica problemática histórica a respeito do anacronismo e da possibilidade de se alcançar uma verdade a respeito de culturas ou épocas distantes, ele utiliza como ferramenta a distinção entre as perspectivas de análise *ética* e *êmica*. Tais direcionamentos corresponderiam a, respectivamente, uma análise comparativa de elementos ou contextos heterogêneos, porém que carregam semelhanças, e, por outro lado, uma tentativa de investigar o sentido imanente ao sistema em que o elemento se insere.

Na apresentação preliminar, os dados éticos fornecem acesso ao sistema, ponto de partida para análise. Eles fornecem unidades provisórias. Entretanto, a análise seria em unidades êmicas e a análise total, gradualmente refinada, é substituída por outra totalmente êmica (Ginzburg, 2021). A proposta do autor, contudo, é de que o anacronismo inicial do direcionamento ético cumpriria um papel no tensionamento da pergunta de pesquisa que seria capaz de reposicionar o historiador frente ao seu objeto: “Perguntas, não respostas: uma distinção que não foi percebida por aqueles que enfatizaram descuidadamente o papel do anacronismo na pesquisa histórica ou rejeitaram o anacronismo como uma categoria pertinente. Parte-se de questões éticas com o objetivo de obter respostas êmicas” (Ginzburg, 2021, p. 17).

Em suma, o ponto de vista êmico é culturalmente específico. Quer dizer, o estudo de categorias históricas possibilitaria uma avaliação a respeito do porquê utilizamos tais categorias em nossa elaboração da pergunta. Afinal, como nos lembra LaCapra (2006), “... em certos aspectos os seres humanos estão comprometidos com um passado (e, portanto, não somos simples singularidades contingentes, autocriadas *ex nihilo*) e somos submetidos a experiências que nos obrigam a nos situarmos historicamente e a trabalhar e elaborar esta situação” (2006. p. 20, tradução nossa).

Estas considerações nos permitem uma aproximação com os conceitos psicanalíticos. Por isto, podemos relacionar a psicanálise à historiografia, dada a importância do tema da memória para a teoria psicanalítica. Assim, com LaCapra (2006) nos apropriaremos de operadores conceituais da psicanálise para repensar a história e a teoria crítica aos moldes de um trabalho de análise. Nestes termos, a psicanálise teria a função primordial de subsidiar uma leitura crítica da experiência. Para tanto, analisaremos os fragmentos apresentados situando-os em seus contextos históricos específicos, a fim de verificar não somente a sua reprodução sintomática, mas também, e sobretudo, os seus desafios críticos frente a outros contextos.

Marcos da chegada e da institucionalização do lacanismo no Brasil

O interesse de Miller no Brasil remonta a 1981, quando, em outubro, cerca de um mês após a morte de Lacan, ele visitou o país. No editorial do primeiro número do periódico *Falo*, de maio de 1987, ele afirma que “assisti à criação praticamente diante de meus olhos da Letra Freudiana e, em seguida, da Biblioteca Freudiana Brasileira...” Posteriormente, ele revela que “escutam-nos, discuti-

mos, em suma há mais de cinco anos que existimos uns para os outros – apesar da distância que é geográfica e não do coração” (p. 5).

De fato, a internacionalização milleriana do lacanismo - muito bem-sucedida, especialmente no continente americano - fez da Argentina e do Brasil uma espécie de projeto piloto. Constatamos que os processos históricos descritos na situação brasileira apresentam semelhanças com o que, no momento da escrita deste texto, ocorre no Uruguai. Nos meios de divulgação da *Federación Americana de Psicoanálisis de la Orientación Lacaniana* - FAPOL, é anunciada a criação da delegação uruguaia, com sede em Montevideo, vinculada a Associação Mundial de Psicanálise - AMP, com o objetivo de “*pasar a un nivel superior para el desarrollo de la Orientación Lacaniana en Uruguay*”¹. Nestes termos, acreditamos que a produção, tradução e difusão do conhecimento de processos históricos produzidos em países periféricos podem auxiliar na compreensão dos mecanismos de funcionamento institucional do lacanismo que se pretende hegemônico. Nessa vinda de Miller ao Brasil no início dos anos 1980, ele chega a explicitar, em retórica apaixonada, seu desejo verdadeiramente jesuítico:

Agradou-me bastante o fato de, estando no Brasil pela primeira vez, começar pela cidade de São Paulo, que me traz uma lembrança muito especial; e como estamos conversando, não vou calar a evocação trazida à tona pelo nome da cidade. Permaneci, com alguns outros, junto de Lacan até o fim de sua vida. Porém, durante três anos, estive afastado de seu convívio, após os acontecimentos de maio de 68. Lacan, num seminário em que eu não era um dos ouvintes, usou uma expressão, sem me nomear, mas com suficientes indicações para que viessem repeti-la para mim. Comparou-me a São Paulo, dizendo que caíra do cavalo por causa de uma revelação política. Diante de tal observação, reencontrei minha existência. Montei de novo, como São Paulo, porém no cavalo lacaniano, vindo agora ainda mais longe que o apóstolo. Como São Paulo, fiquei na posição de organizar e espalhar uma verdade. Ele, na história do cristianismo, foi portador, organizador e propagador da verdade de Cristo. Nesta viagem, na Argentina e agora no Brasil, eu até poderia me imaginar como São Paulo... mas, se digo isso, é para me proteger da idéia, e para que não haja confusão. A verdade da psicanálise nada tem a ver com a verdade do Evangelho, e talvez seja a razão porque essa verdade não é agradável e não promete salvação. (Miller, 1997, pp. 17-18).

Em outubro de 1985, acontece no Rio de Janeiro o 2º Congresso Brasileiro de Psicanálise, promovido pela Causa Freudiana do Brasil, conhecido como

¹ De acordo como boletim informativo emitido pela Escola de Orientação Lacaniana da Argentina - EOL “Noticias del consejo” n.261 de 21 de abril de 2023 assinado pelo seu conselho estatutário.

“Congresso Psicanalítico da Banana”. Segundo Olandina M. C. de Assis Pacheco (1984), diretora do Congresso, pretendia-se

(...) marcar uma postura que supõe a especificidade de uma Psicanálise brasileira, isto é, sem negar a universalidade da doutrina freudiana, pensamos que a Psicanálise, tendo por instrumento a palavra e como objetivo o homem em sua relação com a linguagem, e, portanto, com a(s) tradições, costumes e preceitos também por ela transmitidos, ganha em cada cultura características específicas, que lhe são, no entanto, essenciais (p. 162).

Eis aqui um do ponto de conflito com os franceses; conflito este que precedeu este evento. Em julho de 1985, foi divulgado o manifesto da Causa Freudiana no Brasil. O documento apresenta as divergências do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro com relação às exigências da *Foundation du Champ Freudien* para a realização de um encontro no Rio de Janeiro. Segundo o documento, em 1984, Miller, em uma passagem pelo Rio, na qualidade de representante da *Foundation*, num encontro com os dirigentes do Colégio Freudiano de Psicanálise, manifestou interesse em fazer um evento na cidade em 1987. Os psicanalistas das instituições brasileiras seriam convidados e a iniciativa seria dos franceses.

Porém, em abril de 1985, em uma carta enviada à Clínica Freudiana da Bahia, a instituição francesa apresentava suas exigências para as diretrizes do chamado Encontro Brasileiro do Campo Freudiano. Dentre as condições impostas, constavam que ele seria organizado sob a égide da *Foundation*; sua organização seria feita por uma Comissão Brasileira; os não brasileiros (franceses e outros) seriam convidados exclusivamente pela *Foundation*, sem qualquer intervenção da Comissão Brasileira; os não brasileiros participariam do Congresso em “pé de igualdade” com os brasileiros; a responsabilidade do Congresso estaria inteiramente a cargo da comissão brasileira; e, finalmente, o programa do Encontro, embora estabelecido pela Comissão Brasileira, estaria sujeito à aprovação da *Foundation* (Magno, 1985).

O Manifesto evidencia a manobra da *Foundation* para obter a hegemonia em terra brasileira. Os brasileiros, que almejavam *repensar a noção de brasilidade a partir da perspectiva lacaniana*, participariam como convidados de um evento organizado pela *Foundation*, surgiram abruptamente como organizadores, porém em uma curiosa posição: limitados pelo poder de veto da instituição francesa, que determinaria não só a comissão organizadora assim como os convidados não brasileiros. A proposta omitia a iniciativa de um evento do qual se detém o controle, mas fazendo-se passar por convidado, num jogo de aparências. A estratégia francesa procurou sinalizar que o que suportava a realização do evento era o desejo daqueles que formavam a Comissão Brasileira, quando, de fato, o desejo que movimentava esse evento foi o da hegemonia, do colonialismo.

O Manifesto revela o subterfúgio usado pela instituição francesa para obter a hegemonia colonizadora:

(...) trata-se de fazer-se passar pelos detentores lídimos da herança lacaniana, semblante que só pode ser mantido longe daqueles que testemunharam os impasses éticos-institucionais que se desencadearam com o surgimento da *École da Causa Freudienne* que se fez representar pela *Foundation* (Magno, 1985, p. 309).

Aqui, uma ironia digna de nota envolve o fato de que esse imbróglio presente na história do lacanismo brasileiro tem sabor de *déjà vu*, ou, se quisermos usar um termo próprio à dinâmica do inconsciente, de repetição. Lembremos que a história do freudismo no Brasil também foi marcada por uma recepção “não-oficial” muito associada ao debate sobre brasilidade dos anos 1930, iniciativa que, posteriormente, foi abafada pelo poder centralizador da IPA (Dunker, 2015).

Eis as artimanhas utilizadas na “criação do império lacaniano internacional com espírito ecumênico lançado a conquista do universo depois da morte de seu mestre fundador pelo seu executor testamentário” (Goldenberg, 2015, p.44). Etimologicamente, ecumênico vem do latim *oecumenicu* que diz respeito “a terra habitada” e “ao mundo inteiro” (Nascentes, 1955). Destacamos, ainda, que ecumênico possui um viés de religião ao ser relativo ao ecumenismo, à tendência, à união de todas as igrejas numa só, numa igreja universal. Este significante tem importância ao analisarmos criticamente a Cisão de 1998 da Escola Brasileira de Psicanálise - EBP e refletirmos sobre seus desdobramentos.

Nos anos 1990 ocorreu um esforço de articulação de diversas vertentes do lacanismo brasileiro. Em março de 1995, Miller assina uma carta saudando a criação da EBP. Ao lembrar o percurso, ele afirma que “perdeu-se muito tempo em dissensões subalternas. Apelava-se para os franceses, ao mesmo tempo com temor do imperialismo deles”. Em outro fragmento seu autor faz um apelo para que se aceite, no Brasil, o uno da escola: “O Um da Escola é frágil e será bem-vindo tudo que venha reforçá-lo com uma condição – que o Múltiplo o aceite de bom grado.” Temos, assim, a tentativa de unir os lacanianos brasileiros em uma Escola, cuja direção era exercida por Miller. As discussões subalternas, na perspectiva de Miller, seriam aquelas apontadas pelos brasileiros que enfrentaram os franceses e organizaram o Congresso Psicanalítico da Banana. Tais questões dizem especificamente do que denominamos hoje do caráter ecumênico do império lacaniano internacional. Afinal, como diz Miller, o múltiplo deve aceitar o Um da escola, representado por ele.

Interessante notar que em um curto intervalo de tempo, o funcionamento da Escola mostrou que estes temas seriam pivô de uma crise institucional. Acontece, então, a cisão da EBP. A cisão brasileira, que foi responsável pelo desligamento de cerca de um terço de membros e aderentes da EBP, não foi um movimento isolado. Ela se inscreve num movimento maior que atingiu a AMP, dirigida por Jacques Alain Miller, que na época congregava escolas na Espanha, França, Bélgica, Venezuela, Colômbia, Chile, Peru e Argentina. A crise foi causada pela tensão entre as peculiaridades do funcionamento das Escolas e a organização da AMP que as englobava (Ribeiro, 1998).

A crise desencadeada na seção Rio de Janeiro, que envolveu toda a Escola Brasileira, foi deflagrada a partir de um questionamento estatutário acerca da concentração do poder pelos seus dirigentes. Esta seção foi alvo de uma intervenção externa realizada pelo delegado Geral da AMP, Miller, que enviou o secretário da Associação para participar de uma reunião, convocada pelos franceses, com integrantes da seção Rio. A função do secretário neste encontro evocou funções distintas como “mediador”, “moderador” e “interventor” (Quinet, 1998).

A este episódio seguiram uma sequência de fatos que geraram uma crise na Seção Rio de Janeiro. Dentre eles, o seminário que Antônio Quinet ministrava em Belo Horizonte é criticado como concorrência às atividades da seção Minas Gerais e a discordância de Miller acerca da publicação de um livro, fruto dos seminários proferidos por Soler no Rio de Janeiro. (Quinet, 1998).

No X Encontro da AMP realizado em Barcelona começou a surgir uma série de cartas de membros aderentes e correspondentes da EBP solicitando desligamento e se despedindo. As cartas colocam o delegado geral da AMP no centro das divergências. Elas apontam como razões o seu autoritarismo, sua predileção por conflitos, o desrespeito aos Estatutos e sua pretensão de reduzir a leitura de Lacan a sua interpretação.

O fato é que a cisão de 1998 teve diversos efeitos. A psicanálise lacaniana, que já era fragmentada, foi marcada por uma ruptura de vastos efeitos, a serem considerados regionalmente no Brasil. A psicanálise está implantada nos mais importantes centros urbanos brasileiros e conta com mais de uma centena de instituições que são consequência ou sofreram os impactos dos eventos ora apresentados. Contudo, os psicanalistas da nova geração atribuem pouca relevância ao jogo político institucional. No afã de discutir fenômenos recorrentes no país como a medicalização, o crescimento avassalador dos diagnósticos de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH e autismo, além de defender a doutrina psicanalítica das constantes investidas das correntes cognitivas e comportamentais, acabam por reproduzir de maneira acrítica os dogmas das instituições psicanalíticas em que são filiados, formalmente ou não.

O excesso político na formação dos psicanalistas

A esta altura, vale a pena retomar uma expressão com a qual de início justificamos este trabalho, o que, acreditamos, nos ajudará a dar relevo para o cerne do problema enfrentado. Trata-se da ideia de que, este artigo, como já foi dito, propõe dar “dois passos atrás”. Apesar de ela, por si só, ser um tanto quanto auto-explicativa, seríamos negligentes de não lembrar – e, como psicanalistas, sabemos muito bem a força e o sentido desse tipo de lapso – que a expressão remete a um contexto célebre, mais especificamente, a uma das mais importantes intervenções da história das organizações políticas, qual seja: o momento no qual, após um processo de crise interna ao Partido Operário Social-Democrata

Russo - POSDR, nasceu a divisão entre bolcheviques e mencheviques. Naquele momento, Vladimir Lênin, tomando partido dos primeiros contra os segundos, como é fato conhecido, escreve o seu famoso *Um passo em frente, dois passos atrás* (1904) analisando minuciosamente a contradição em curso e reivindicando a importância da organização do proletariado.

Sem entrar no mérito das vezes em que Lacan fez alusão ao fato de ser para Freud o que Lênin foi para Marx, nem especular sobre a correlação existente entre a busca de JAM por unidade institucional e o seu passado maoísta, remetemos a recorrência histórica da expressão para pôr em evidência o fato de que a crítica dos efeitos nocivos de certa política entre psicanalistas – no nosso caso, acabamos por privilegiar a “política milleriana” (Pavón-Cuéllar, 2018) – não necessariamente precisa descaminhar em uma crítica a toda e qualquer forma de organização coletiva entre psicanalistas. Jacques Lacan sabia bem disso. Ele próprio em momento algum prescindiu de se organizar: só saiu da *Société Française de Psychanalyse* - SFP “excomungado” (Lacan, 1964); mas logo em seguida se debruçou em uma série de propostas institucionais inventivas para a *École Freudienne de Paris* - EFP (Lacan, 1964-71; 1967; 1967-70; 1968; 1969; 1973); e, mesmo no momento da controversa dissolução desta última, não investiu em um percurso solitário propondo a criação de uma nova instituição, a *École de La Cause Freudienne* - ECF (Lacan, 1980).

Em um momento em que a “situação da psicanálise” e a “formação do psicanalista” são tão alarmantes quanto se mostravam aos olhos do parisiense durante a escrita do famoso manuscrito de 1956, é importante que façamos a mesma pergunta que ele: “Se não tivemos medo de mostrar as forças de dissociação a que está submetida a herança freudiana, destaquemos a notável persistência da qual a instituição psicanalítica deu provas.” (Lacan, 1956, p. 489). E para isso, é importante evitar as respostas fáceis que simplesmente demonizam a iniciativa institucional.

Pelo contrário, nesse ponto arriscaríamos dizer que se há alguma verdade na política milleriana, esta se encontra no fato de que JAM dá a devida importância – ainda que de um modo, a nosso ver, profundamente equivocado e sintomático – para o que chamamos de “política entre psicanalistas” no que tange a própria presentificação da psicanálise e da experiência do inconsciente no mundo. E isso, ele de fato “soube ler” em Lacan, que muito provavelmente foi o único psicanalista a fazer o questionamento explícito: “[...] haverá mesmo um analista?, quem pode saber?” (Lacan, 1969-70, p. 112). Ora, é preciso reconhecer que isso não deixa ter ressonância no próprio Freud (1915) que, além de não ter medido esforços na ampla divulgação da psicanálise e na sua formalização institucional, foi o primeiro a abandonar a busca pela suposta positividade anatômica, fisiológica ou química ainda não descoberta do inconsciente em prol da proposição de que seu estatuto é o de uma “hipótese necessária e legítima” cuja experiência concreta só se estabelece por meio de um tipo específico de *implicação subjetiva* (a chamada catexia libidinal, afinal de contas, não é outra coisa) canonicamente nomeado de transferência. Que uma tal transferência

possa vir a ter vicissitudes nefastas, como vimos ocorrer na chegada do lacanismo “oficial” ao Brasil, isso se deve mais ao seu manejo do que à mera existência de um vínculo institucional. Na verdade, dois ou três psicanalistas sob um mesmo teto já constitui os pré-requisitos básicos para a produção de efeitos de identificação de grupo – sendo ele próprio, segundo Freud (1921), uma manifestação da transferência na massa.

Mas até o momento, na análise dessa espécie de sintoma social psicanalítico, não fizemos mais que seguir de perto tanto a crítica que Lacan fez do “cominternismo” da IPA (Lacan, 1956, p. 477), como das suas tentativas de lidar com o que nomeava sugestivamente de “mal-estar da psicanálise” (Lacan, 1964-71, p. 244) e “real da formação do psicanalista” (Lacan, 1967, p. 249). De fato, o psicanalista francês sabia muito bem como o agrupamento de psicanalistas se comportava tal qual as massas artificiais estudadas por seu mestre:

Para se transmitir, não dispondo da lei do sangue, que implica a geração, nem da lei da adoção, que pressupõe a aliança, resta-lhe a via da reprodução imaginária, que, por uma modalidade de fac-símile análoga à impressão, permite, por assim dizer, sua tiragem num certo número de exemplares em que o único se pluraliza. Esse modo de multiplicação não deixa de encontrar nessa situação afinidades favoráveis. Pois não nos esqueçamos de que a entrada na comunidade está sujeita à condição da análise didática, e há mesmo uma certa razão para que tenha sido no círculo dos didatas que veio à luz a teoria que faz da identificação com o *eu* do analista a finalidade da análise. (Lacan, 1956, p. 479, grifo do autor).

A ironia maior é que sua análise se aplique, hoje, ao lacanismo internacionalista da AMP. Será possível assumir que, à medida que o problema persiste, seu tratamento não foi adequado? Essa parece ser a tese de Gabriel Tupinambá ao demonstrar que, buscando a solução para o impasse institucional sobre “como identificar e agrupar o conjunto daqueles cuja única propriedade compartilhada é a de dissolver as identificações grupais” (Tupinambá, 2015, p. 22) em uma via interior à teoria e à clínica – inclusive propondo conceitos inerentes à dinâmica transferencial, como desejo do analista, ato analítico e discurso do analista –, Lacan acabou por não dar conta do “excesso político” imamente à relação entre teoria, clínica e instituição na psicanálise. Pois, como o seu predicado indica, tal excesso, implicado no que chamamos genericamente de “formação”, não demanda um tratamento analítico, mas sim político.

Portanto, a proposital inserção dos fragmentos na abertura deste ensaio, revela como a questão do laço entre analistas é orientado pela doutrina da suposta pureza da teoria psicanalítica que se manifesta de diferentes formas: desde a alienação na figura de uma suposta infalibilidade do mestre, que nunca confundiria uma data (fragmento 1); passando pela padronização estética da confraternização entre psicanalistas (fragmento 2); e, culminando no endereçamento da teoria lacaniana para um grupo seletivo de estudiosos (fragmento 3). Obviamente, os desejáveis avanços na institucionalização da psicanálise não virão

por intermédio de uma confraternização informal de colegas com interesses afins, sendo tributária de uma formação em psicanálise historicamente orientada.

Restaria saber o quanto os psicanalistas estão realmente dispostos a se deslocar do conforto da posição daquele se autoproclama legitimamente autorizado – daquele que “se autoriza”, com o perdão do trocadilho lacaniano – a realizar uma crítica legítima de tudo e de todos usando apenas as ferramentas que têm “em casa” para, inversamente, ir buscar “no mundo” os instrumentos necessários para lidar com seus problemas domésticos.

As situações históricas mencionadas produzem, como nossos fragmentos demonstram, efeitos no mínimo prejudiciais à formação psicanalítica, assim como na sua forma de organização institucional. Existe, ainda, um segundo problema que se revela, enfim, quando as análises “políticas” e “sociais” realizadas pelos psicanalistas aparentam exportar as formas da própria política entre psicanalistas. Para sintetizarmos brevemente em uma pergunta, não estaria a produção em psicanálise sujeita às mesmas dinâmicas que os objetos às quais pretende se debruçar? Pergunta que, em boa medida, segue a proposta de Tupinambá de operar uma “determinação reflexiva da psicanálise” que seja capaz de incluí-la na imanência mesma dos problemas que ela analisa no mundo, questionando assim se: “[...] seria a psicanálise lacaniana realmente capaz de retirar-se suficientemente do momento histórico para diagnosticá-lo sem precisar se perguntar se sua própria compreensão dos dilemas contemporâneos não estaria ela própria distorcida por aquilo que ela diagnostica no outro?” (Tupinambá, 2015, p. 16).

Sabemos o quanto o mecanismo de neutralização artificial da posição ocupada pelo analista, de modo a localizá-lo numa espécie de mirante transcendental privilegiado a partir do qual ele pode observar tudo a uma distância segura, é profundamente fantasmático. Até mesmo uma figura central na história do lacanismo contemporâneo, ex-presidente da AMP, como Éric Laurent, ao discutir o papel dos psicanalistas no debate público, chegou a identificar essa tendência, entre psicanalistas, de ocupar a “[...] posição de exclusão de si mesmo, de exílio de si mesmo, de sua própria posição, cujo o resultado foi o suposto analista furado, o analista que caiu no próprio buraco produzido por sua prática: o buraco dos ideais.” (Laurent, 1999, p. 13). Ele comenta:

[...] os analistas se mantiveram, digamos, na posição do intelectual crítico. Em uma etapa determinada dos movimentos que se consideravam de esquerda, existia uma posição conhecida como a de intelectual crítico. O que se esperava era que o intelectual se mantivesse em seu lugar, tranquilo, e que se dedicasse somente a criar, a produzir o vazio. O intelectual criticava algumas orientações decididas pelos outros e se mantinha nessa posição. O analista crítico é o analista que não tem nenhum ideal, que chega a se apagar, que é tão só um vazio ambulante, que não crê em nada. Está já mais além de toda crença, por suposição! Como já

não crê em Papai-Noel, como já não crê, livra-se do peso que seus irmãos carregam sobre os ombros. (Laurent, 1999, pp. 7-8).

O ponto que queremos destacar é que essa problemática, mais facilmente percebida quando se trata de pensar a relação entre psicanálise e política, remete a um problema metodológico mais amplo cujos efeitos deletérios se fazem sentir não apenas no posicionamento ideológico de alguns psicanalistas, mas na própria clínica, na formação dos conceitos e nos impasses das instituições formativas. Alguns autores trataram essa questão dando relevo a diferentes aspectos, tais como Goldenberg (2018) ao abordar a problemática das traduções e leituras da obra lacaniana, e Tupinambá (2021) ao discutir a história das cisões e conflitos nas instituições lacanianas. Aqui, poderíamos nos apropriar do mote de uma “psicanálise implicada”, proposto por Miriam Debieux Rosa (2016), para mostrar que a política entre os psicanalistas remete não apenas ao seu engajamento político-ideológico, mas principalmente a sua *implicação epistemológica* na própria constituição dos objetos estudados. Nesse sentido, trata-se de criticar o quão espantoso é o fato de o relevo dado por Freud para a autoanálise e para a análise do analista ser retoricamente proclamado apenas para ser tacitamente ignorado, sobretudo no decurso da história recente da psicanálise.

O criticado crescimento dos diagnósticos enquanto insígnias de identidade (TDAH, autismo, a expansão das categorias do DSM, etc.), o questionado enquadramento de pautas políticas segundo “reivindicações identitárias”, o fortalecimento de posicionamentos “radicais” e “intolerantes” em insígnias religiosas e políticas, todos esses fenômenos têm se mostrado como objetos de atenção da psicanálise. Curiosamente, é possível argumentar que a história institucional da psicanálise revela um processo de cunho não tão distinto, que se mostra numa espécie de normatização imaginária de uma identidade específica: a do psicanalista. E parece não ser à toa que Saleme (2008) a caracteriza segundo um quadro psicopatológico: normopatia².

O excesso psicanalítico nas análises políticas

Agora, não seria estranho supor que uma espécie de dinâmica de identificação desse tipo tivesse consequências quando, a partir de tal relação com a teoria, se pretenda investigar um objeto externo. Nossa hipótese aqui é a seguinte: a não reflexão desse processo político institucional leva à sua reprodução no trabalho

² Trata-se da pesquisa de Maria Helena Saleme, chamada “*A normopatia na formação do analista*”. Seu norteador de investigação surge a partir da estranheza percebida no próprio processo de formação em psicanálise, sobretudo observando a mudança no comportamento da maioria dos alunos conforme avançavam nos estudos. Saleme formaliza o que observa com o conceito de *normopatia*, extraído das elaborações de McDougall (1983), usado inicialmente para descrever pacientes que pareciam ter perdido a proximidade consigo próprios, se distanciando da vida pulsional. Tais pacientes, tomando de bom grado os aspectos formais do processo, sentiam-se confortáveis na situação analítica. Expandindo o conceito para contextos extra-clínicos, porém mantendo a natureza transferencial, Saleme afirma que o normopata substituiria a relação com a alteridade por um conjunto de regras e performances ideais desde que elas lhe garantam poder e reconhecimento.

teórico. Ou seja, conceder à psicanálise, ou à sua leitura “mais pura”, um status de referente final, sob o qual todos os objetos se enquadram e encontram sentido, tal qual as identificações por ela criticadas consegue fornecer. O termo ecumênico, citado por Goldenberg (2015), parece ainda mais esclarecedor quando o tensionamos com o conceito de causa final apresentado por Lacan (1965) em seu *A ciência e a verdade*. Trata-se de eleger um elemento que ocupará o lugar referencial da verdade, sob o qual os demais objetos e relações do mundo encontrarão um sentido, e sob o qual o desejo daquele que o crê será *terceirizado*.

Não são poucos os exemplos de análises sob viés psicanalítico que buscam, a partir da revelação da teoria lacaniana, dar conta de objetos que não se limitam ao seu ferramental. Que a guerra na Ucrânia tenha sido explicada sob a pulsão de morte, ou as discussões sobre transexualidade encerradas a partir da psicose ordinária, ou ainda que grande parte das questões políticas no contemporâneo sejam efeito da queda do Nome do Pai, são amostras do ensimesmamento denunciado pela própria psicanálise na crítica da identidade política.

Não se trata, não obstante, de interditar determinados objetos à psicanálise, ou de situar seu escopo apenas na interioridade da clínica ou de seu sistema conceitual. Sabemos que o caráter transindividual do sujeito sugere, ou mesmo implica, em estabelecer conexões com outros campos do saber (Dunker, 2011). O que parece ocorrer, contudo, é a substituição das conexões, e da concepção de que os objetos possuem, também, especificidades outras que não somente dinâmicas libidinais, pela onisciência última da verdade inconsciente. Em outras palavras, o trabalho científico se tornando ideologia³. Qualquer semelhança disso com os fenômenos produtores de identidade tão criticados pela psicanálise talvez não sejam mera coincidência. Novamente, é difícil supor que o lastro material na história da difusão da psicanálise pouco ou nada tenha haver com isso. Como nos alerta Freud (1935), é sobre a *verdade histórica* que repousa a força da religião em todo seu caráter ecumênico.

Nesse sentido, podemos detectar uma lacuna das relações institucionais da psicanálise em torno das próprias dinâmicas transferenciais que estabelecem e reproduzem. Lacuna que, não deveria ser surpresa nenhuma para psicanalistas, pode causar repetições e quadros de relação sintomática. A dissolução da EFP – acontecimento crucial que deu o pontapé para a chegada do lacanismo no Brasil, tanto na versão carnavalizada do Colégio Freudiano do Rio de

³ Mais especificamente a noção de ideologia científica formulada por Canguilhem, no qual um saber epistemologicamente localizado num campo de problemas avança a objetos externos ao campo. A simples transposição dos conceitos e sua aplicação ao objeto corre grave risco de carregar uma generalização ideológica. Exemplo disso são as abordagens biologizantes e naturalizantes de fenômenos sociais, como o racismo contido nos estudos frenológicos. Há a reivindicação da cientificidade, pois, de fato, os modelos metodológicos geralmente são importados de áreas com uma construção epistemológica coesa, porém operam uma degeneração das teorias retirando-as de seus fundamentos. Tudo isso no intuito, geralmente, de se legitimar uma prática no mundo. (Canguilhem, 1956)

Janeiro⁴, quanto na versão oficial encabeçada pela política expansionista de JAM⁵ que deu origem à Escola Brasileira de Psicanálise – não seria uma expressão maior de repetição sintomática?

Acompanhemos alguns registros dos fatos que dizem por si mesmos. Lacan propõe a dissolução lembrando do histórico totêmico das instituições psicanalíticas: “Sabemos o que custou o fato de Freud haver permitido que o grupo psicanalítico prevalecesse sobre o discurso, tornando-se Igreja” (Lacan, 1980, p. 320). Curiosamente, contradizendo performaticamente seu próprio enunciado, Lacan conjuga a dissolução em primeira pessoa (“dissolvo”, ele diz), ocupando o lugar da autoridade simbólica máxima. Sagaz como ele era, porém, não deixa de justificar o paradoxo no jargão que havia inventado naqueles anos: “Que basta que um vá embora para que todos fiquem livres é, em meu nó borromeano, verdadeiro a respeito de todos⁶; *é preciso que seja eu em minha Escola.*” (Lacan, 1980, p. 319, grifo nosso), e ainda “*Se pai severo, persevero [Si je père-sévère]*, é porque a experiência feita convida a uma contra-experiência que compense.” (Lacan, 1980, p. 320, grifo nosso). A justificativa acaba por, espantosamente, convencer os lacanianos, levando Louis Althusser a tecer uma crítica, tanto ao ato despótico do mestre quanto à perplexidade passiva dos discípulos, da qual destacamos pela ironia cômica o seguinte excerto:

[...] ainda que não tenha sido convidado, entrei ontem à tarde às 18:20 no grande salão do PLM [hotel em Paris], onde Lacan, de pé, com a cabeça dirigida para um texto que talvez não existisse sob seus olhos, falava em voz baixa, triste e cansado, diante de 500 pessoas aparentemente fascinadas; [...] ontem à noite, interrogado por uma jovem que ‘filtrava a entrada’ e que me permitiu entrar imprudentemente sem dizer nada, contestei a pergunta: ‘O senhor foi convidado?’ com um: ‘Sim, pelo Espírito Santo, e não por Deus Pai, mas é ainda melhor’ (Althusser, 1980, p. 217, tradução nossa).

A relação entre as dinâmicas institucionais da psicanálise e seus compromissos transferenciais não passou despercebido, por exemplo, a um historiador que se debruçou sob a psicanálise. Segue o que Michel de Certeau (1987/2012, p. 81) adverte aos psicanalistas:

A recusa de atribuir valor teórico aos problemas institucionais, a vontade de mantê-los fora da análise como uma “desgraça” ou

⁴ Lembremos que o lacanismo chega ao Brasil como uma espécie de solução de compromisso contra o “integralismo” das sociedades psicanalíticas oficiais no período ditatorial, segundo expressão de Betty Milan e MD Magno em entrevista elogiosa à Dissolução de 1980 (“Diz-solução”, como eles pontuam em estilo lacaniano) que pode ser acessada aqui: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/2409.

⁵ Afinal, a dissolução da EFP deu origem à ECF.

⁶ Eis um exemplo prático do que, como vimos em nota anterior, Canguilhem assevera, em que a se importa uma elaboração conceitual de um campo cientificamente coeso para justificar uma prática que lhe é extrínseca.

necessidade social sem pertinência levam, sempre, a construir uma representação ideológica, doutrinal ou “mística” do inconsciente.

Nossa preocupação, na esteira de Certeau, é a de que a política feita entre os psicanalistas desconsidera o que a psicanálise tem a dizer sobre a política. Sobretudo nas cristalizações de organização grupal que se dão sobre o exercício do vínculo transferencial massivo irrefletido e jamais desinflado. Cristalizações que geram consequências na formação, na produção teórica, no modo de inserção da prática no campo social, entre outros problemas. Uma *repetição* acrítica dos mesmos impasses e “resoluções” sendo atualizados segundo novas roupagens. Aqui, a “recusa” a se pensar tais relações, ou a suposta “impertinência” deles, novamente surpreende. Não é o psicanalista justamente o profissional treinado para considerar muito pertinente aquilo que foi recusado ou inconsiderado? A questão ainda vai além. É o mesmo Certeau que nos adverte que as narrativas históricas se constroem justamente a partir dos pontos negados e esquecidos. E são esses os pontos que formatam tanto *os compromissos a serem repetidos* quanto às possibilidades de ruptura. Sua proposta, cuja qual pretendemos colaborar, é a de jogar luz às relações transferenciais que constituem historicamente a psicanálise, suas instituições e organização no social. Em suas palavras (Certeau, 1987/2012, p. 87):

No entanto, uma psicanálise da história elabora-se, de preferência, a partir de um modelo interno com o trabalho necessário de elucidação dos déficits da teoria no que diz respeito: a) às relações de transferência e de conflito a partir das quais se constroem os discursos analíticos; b) ao funcionamento das associações ou escolas freudianas e, por exemplo, às formas de agregação e de poder que habilitam a “segurar” a posição de psicanalista c) às possibilidades de procedimentos analíticos nas instituições psiquiátricas em que, ao saírem de laboratórios destinados a uma clientela de predileção, elas enfrentam as alianças administrativas da política com a terapêutica e, ao mesmo tempo, com o rumor popular da loucura.

Temos, sinteticamente, a inserção de uma análise das dinâmicas de transferência na história da psicanálise, o modo como elas operam a formação e legitimação dos analistas nas organizações, e, por fim, o posicionamento político delas em relação às instituições ou campos externos. Naturalmente, Certeau nos dá o exemplo da psiquiatria, como área de contato imediata da psicanálise na França. Nada nos impede, contudo, de pensarmos tais relações políticas com os demais campos no qual a psicanálise se insere em nosso contexto.

Considerações finais

A partir de três fragmentos que dizem respeito da formação e da institucionalização da psicanálise no Brasil, este manuscrito aborda de forma sucinta os conflitos que se fizeram presentes na chegada do lacanismo no Brasil com foco

no Congresso Psicanalítico da Banana e na Cisão de 1998. Neste sentido destacamos que estes eventos trazem consigo os impasses políticos e transferenciais presentes em diferentes momentos da história do movimento psicanalítico brasileiro.

Num primeiro momento abordamos o que denominamos o “sintoma social psicanalítico” demonstrando que sua natureza é antes de tudo política e própria dos processos de institucionalização e agrupamento em geral. Contudo, ao receberem um tratamento estritamente psicanalítico, limitado a uma transposição direta e sem mediações conceituais das premissas da clínica, parte significativa do problema permanece intocada, pois a teoria psicanalítica começa a funcionar de forma endógena e totalizante.

Finalmente, apontamos como tais impasses se reproduzem também na produção teórica da psicanálise, na medida em que a análise de diferentes objetos é excessivamente atravessada por projeções da teoria. Projeções estas, que acabam por denunciar a não elaboração de tensões no interior do movimento psicanalítico. Neste ponto, lembramos de Breuer que ao se esquivar da escuta de sua paciente por se ver pessoalmente envolvido em sua dinâmica transferencial, forneceu elementos para a percepção freudiana de que não há psicanálise sem a necessária implicação do analista no caso conduzido por ele. Do mesmo modo, torna-se imprescindível na formação de analistas, o contato com o olhar crítico de sua própria história.

Referências

- Althusser, L. (1980). En nombre de los analizantes. In: L. Althusser, *Escritos sobre psicoanálisis* (pp. 214-233). Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1996.
- Ambra, P. (2015). Garantia, autorização e alguns outros. In: R.A Lima. *Clinicidade. A psicanálise entre gerações* (pp. 53-66). Curitiba: Juruá Editora.
- Breuer, J & Freud, S. (1893-1895). Estudos sobre a histeria. In: S.Freud. *Obras completas* (v.2, pp.12-239). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- Canguilhem, G. (1956). O que é a psicologia? In G. Canguilhem. *Estudos de história e de filosofia das ciências concernentes aos vivos e à vida*, (pp. 401-418). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original de 1956).
- Dunker, C. I. L. (2011). *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Anablume.
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.

- Freud, S. (1915). O inconsciente. In: S. Freud, *Obras Completas* (v. 12, pp. 99-150). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Freud, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: S. Freud, *Obras Completas* (v. 15, pp. 9-100). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Lacan, J. (1956). Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 461-495). Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1964). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- Lacan, J. (1964-71). Ato de fundação. In: J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 235-247). Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- Lacan, J. (1998c). A ciência e a verdade. In J. Lacan (Org.), *Escritos* (pp. 869-892). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original de 1965).
- Lacan, J. (1967). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 248-264). Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- Lacan, J. (1967-70). Discurso na Escola Freudiana de Paris. In: J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 265-287). Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- Lacan, J. (1968). Introdução de Scilicet no título da revista da Escola Freudiana de Paris. In: J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 288-298). Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- Lacan, J. (1969). Pronunciamento na Escola. In: J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 299-301). Rio de Janeiro: Zahar, 2003. (Original publicado em 1969).
- Lacan, J. (1969-70). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992
- Lacan, J. (1973). Nota italiana. In: J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 311-315). Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- Lacan, J. (1980). Carta de dissolução. In: J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 319-320). Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LaCapra, D. (2006). *Historia em trânsito*. Experiencia, identidad, teoria critica. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica.
- Laurent, E. (1999). O analista cidadão. *Curinga*, 13, 7-13.
- Lênin, V. I. (1904). Um passo em frente, dois passos atrás. *Marxists.org*. Recuperado de <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1904/passo/index.htm>.
- Lima, R. (2015). Situação da psicanálise e formação do analista em 2015. In: R. A. Lima, *Clinicidade*. A psicanálise entre gerações. p 31-42. Curitiba: Juruá Editora.

- Mcdougall, J. (1983). *Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ginzburg, C. (2021). O ofício do historiador. *ArtCultura*, 23(42), 7-26. Doi: <https://doi.org/10.14393/artc-v23-n42-2021-61847>
- Goldenberg, R. (2015). De onde fala? In: R.A Lima *Clinicidade*. A psicanálise entre gerações. p 31-42. Curitiba: Juruá Editora. p. 43-52. Curitiba: Juruá Editora.
- Goldenberg, R. (2018). *Desler Lacan*. São Paulo: Instituto Langage.
- Magno, M. D. (1985). A Causa Freudiana no Brasil: um manifesto. *Revirão*, 2, 308-310.
- Magno, M.D. (1988). *Neurobrás*. Recuperado em 17 de janeiro de 2021, de http://www.novamente.org.br/arquivos/md87-neurobras-rev-pdf_1409143350.pdf
- Miller, J. A. (1987). Editorial. Orientação Lacaniana. *Falo. Revista do Campo Freudiano*, (1), 5-8
- Miller, J.A. (1995). *Carta de Jacques-Alain Miller à Escola Brasileira de Psicanálise*. Recuperado em 4 de outubro de 2020 de <https://www.ebp.org.br/wp-content/uploads/2020/02/22Carta-de-Jacques-Alain-Miller-a%CC%80-Escola-Brasileira-de-Psicana%CC%81lise22-Jacques-Alain-Miller.pdf>.
- Miller, J.-A. (1997). *Lacan elucidado: palestras no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Miller, J.-A. (2021) Dócil ao trans. *AMPBlog*. p. 18. Disponível em <<http://uqbarwapol.com/wp-content/uploads/2021/04/JAM-DOCILE-AU-TRANS-PT.pdf>>. Consultado em 24/04/2023
- Pacheco, O. M. C. A. (1984). A psicanálise no Brasil. *Revirão. Revista da Causa Freudiana*, (1), 162.
- Quinet, A. (1998). Pacto, que pacto? In Ribeiro, M.A.C. (org.) (1998). *A cisão de 1998*. Rio de Janeiro: Marca d'Água livraria e editora. pp 123-133.
- Pavón-Cuéllar, D. (2018). Notas para uma crítica da política milleriana. *Lavra-Palavra*. Recuperado de <https://lavrapalavra.com/2018/06/28/notas-para-uma-critica-da-politica-milleriana/>.
- Ribeiro, M. A. C. (org.). (1998). *A cisão de 1998*. Rio de Janeiro: Marca d'Água Livraria e Editora.
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/FAPESP.
- Saleme, M. H. (2008). *A normopatía na formação do analista*. São Paulo: Escuta.
- Tupinambá, G. (2015). “Vers un signifiant nouveau”: nossa tarefa depois de Lacan. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 4(7), 9-38.

Tupinambá, G. (2021). *The desire of psychoanalysis: exercises in Lacanian thinking*. Evanston: Northwestern University Press.

Fecha de recepción: 30 de mayo de 2024

Fecha de aceptación: 28 de junio de 2024